Entidade Adjudicante | ***DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO***

Número Processo Despesa | **3021012772**

Procedimento | **Concurso Público**

Objeto do Contrato | **Fornecimento de equipamentos e ferramentas diversas**

CADERNO DE ENCARGOS

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS 2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais 2
Artigo 1.º | Objeto 2
Artigo 2.º | Contrato 2
Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato 2
Artigo 4.º | Local de entrega dos bens 2
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais 3
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário 3
Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário 3
Artigo 6.º | Conformidade dos bens 3
Artigo 7.º | Inspeção dos bens 3
Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias 4
Artigo 9.º | Receção do material 4
Artigo 10.º | Aceitação dos bens 4
Artigo 11.º | Rejeição dos fornecimentos 5
Artigo 12.º | Garantia dos bens 5
Artigo 13.º | Dever de sigilo 5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante 5
Artigo 14.º | Preço Base 5
Artigo 15.º | Preço Contratual 6
Artigo 16.º | Condições de pagamento 6
Artigo 17.º | Mora no pagamento 6
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução 7
Artigo 18.º | Penalidades contratuais 7
Artigo 19.º | Força maior 7
Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público 8
Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário 8
Artigo 22.º | Execução da caução 8
CAPÍTULO IV – Disposições Finais 9
Artigo 23.º | Comunicações e notificações 9
Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação 9
Artigo 25.º | Fiscalização 9
Artigo 26.º | Gestor do Contrato 10
Artigo 27.º | Foro competente 10
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS 10
Artigo 28.º | Requisitos Técnicos 10
ANEXO A – OBJETO DO CONTRATO 11
ANEXO B - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO 13
ANEXO C - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 14
ANEXO D - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR 15

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos bens discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Superintendência do Material – Direção de Abastecimento, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
    a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável, podendo, em caso de necessidade, os efeitos do contrato retroagirem à data da adjudicação.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações, ou quando atingido o prazo máximo contratual definido no Anexo D ao presente Caderno de Encargos.
3. A entrega dos bens será efetuada no prazo máximo definido no Anexo D ao presente Caderno de Encargos, a contar da data mencionada no ponto 1.

Artigo 4.º | Local de entrega dos bens

1. Os bens serão entregues na Divisão Operacional e Técnica/Direção de Abastecimento – Sede, sita na Base Naval de Lisboa, Alfeite, 2810-001 Almada.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o seguinte:
3. Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
4. Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
5. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;

6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
    a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;
    b. Obrigação de garantia dos bens;
    c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;
    d. Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 6.º | Conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devidamente embalados ou acondicionados (na modalidade de tara perdida), devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 7.º | Inspeção dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do contraente público, para verificação das caraterísticas, especificações e requisitos qualitativos.

3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.

Artigo 9.º | Receção do material

1. O material deve ser acompanhado de guia de remessa, em triplicado, e respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
    a. Número do Processo de Despesa (NPD);
    b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
    c. Número do Compromisso;
    d. Número Nacional de Abastecimento (NNA/NSN), caso aplicável;
    e. Morada;
    f. IBAN e código SWIFT;
    g. Endereço de Email;
    h. NIPC ou VAT NUMBER.
    i. Cada artigo deverá conter a indicação do respetivo Número Nacional de Abastecimento (NNA).
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 10.º | Aceitação dos bens

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos bens objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos

definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 11.º | Rejeição dos fornecimentos

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

Artigo 12.º | Garantia dos bens

1. A garantia dos bens importa sobre o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.
3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 13.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 14.º | Preço Base

1. O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de 113.370,30 € (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.
2. Caso o procedimento seja constituído por lotes, deverá ser respeitado o preço base de cada lote definido no Anexo A, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado.

Artigo 15.º | Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 16.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência eletrónica.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.
6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas.

Artigo 17.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 5. do artigo anterior, quando aplicável.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução

Artigo 18.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
    a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
    b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1‰, por cada dia de atraso;
    c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5‰, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.

2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 22.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento

de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 23.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Segundo Outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
    a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
    b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
    c. O Primeiro Outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Segundo Outorgante não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 25.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 26.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 27.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 28.º | Requisitos Técnicos

As Instruções para Aquisição (IA) e Especificações Técnicas (ET) fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando dos Anexos B e C, respetivamente.

ANEXO A – Objeto do Contrato

LOTE	NNA/NSN[1]	ARTIGO/DESCRIÇÃO	UF[2]	QT	REF/ET[3]	PREÇO BASE S/IVA
1	2040MD0019976	DEFENSA EM ESPUMA FLUTUANTE Ø470MM LG 1140MM PESO 20KG, COR CINZENTO	EA	5	IA_DA/00413/DOT/21_DOT-SMG	**15.000,00 €**
2	2090MD0020520	ESCADA QUEBRA-COSTAS DE 2 METROS COM 7 DEGRAUS E CABO POLIETILENO Ø16MM	EA	3	IA_DA/00593/DOT/20_DOT-SMG_NRP DOURO IA_DA/00594/DOT/20_DOT-SMG _NRP TEJO IA_DA/00595/DOT/20_DOT-SMG _NRP RIO MINHO	**2.571,00 €**
3	2090MD0020655	EMBANDEIRAMENTO EM ARCO "FF CLASSE VASCO DA GAMA"	EA	1	ET 0283	**3.700,00 €**
4	3950MD0378770	FLAP WRENCH LARGE	EA	1	REF 1187384	**875,00 €**
5	4210123881495	EXTINTOR DE INCENDIO PÓ QUIMICO 1 KG	EA	1	NORMAS A OBSERVAR NO FORNECIMENTO DE EXTINTORES	**37,50 €**
6	4210145138902	AGULHETA DE 1.1/2", ALTO RENDIMENTO, PRESSÃO 7BAR, DEBITO DE 100 A 475 LITROS P/MINUTO	EA	13	IA_DA/00294/DOT/20_DOT-SMG	**17.940,00 €**
7	4220MD0437362	COLETE DE SALVAÇÃO INSUFLÁVEL	EA	54	ET_000/ET-583/970214	**17.010,00 €**
8	4240MD0316794	ARNÊS PARA TRABALHOS EM SUSPENSÂO E RESGATE	EA	33	ET 0465	**11.781,00 €**
9	5120MD0388041	CHAVE DE CINTA	EA	1	IA_529/DOT-SS_SSS	**79,10 €**
10	5130MD0070957	MARTELO DE AGULHAS PNEUMATICO MODELO P2516A COM UM CONJUNTO DE 19 AGULHAS EM AÇO	EA	7	IA_DA/00233/DOT/21_DOT-SMG	**7.560,00 €**
11	6910997837372	DUMMY,LIFE SAVING (BONECO DE EXERCÍCIO DE HOMEM AO MAR "ÓSCAR")	EA	12	IA_DA/00415 e 00623/DOT/21_DOT-SMG	**24.600,00 €**
12	7310MD0186359	MAQUINA DE CAFE DE 1 GRUPO CAPACIDADE 6 LITROS 115V/60HZ TIPO I	EA	1	IA_DA/00631/DOT/21_DOT-SMG	**1.770,00 €**

[1] NNA/NSN – Número Nacional de Abastecimento/ NATO Stock Number;
[2] UF – Unidade de Fornecimento;
[3] REF/ET – Referência/ Especificação Técnica.

13	7910MD0213310	ASPIRADOR DE PÓ E LIQUIDOS	EA	3	IA_DA/00502/DOT/21_DOT-SMG	**566,70 €**
14	8345MD0020654	EMBANDEIRAMENTO EM ARCO "NAVIOS PATRULHAS"	EA	1	ET 0473	**2.880,00 €**
15	8345MD0246997	GUIÃO HERALDICO	EA	1	IA_0397DOT_DOT-SMG	**7.000,00 €**
					TOTAL S/IVA	**113.370,30 €**

ANEXO B - Extensão do Fornecimento

IA_DA/00233/DOT/21_DOT-SMG
IA_DA/00294/DOT/20_DOT-SMG
IA_0397DOT_DOT-SMG
IA_DA/00413/DOT/21_DOT-SMG
IA_DA/00415/DOT/21_DOT-SMG
IA_529/DOT-SS_SSS
IA_DA/00593/DOT/20_DOT-SMG
IA_DA/00594/DOT/20_DOT-SMG
IA_DA/00595/DOT/20_DOT-SMG
IA_DA/00502/DOT/21_DOT-SMG
IA_DA/00631/DOT/21_DOT-SMG
NORMAS A OBSERVAR NO FORNECIMENTO DE EXTINTORES
IA_DA/00623/DOT/21_DOT-SMG

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº **DA/00233/DOT/21** Data: 04FEV21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310435398	5130MD0070957	MARTELO DE AGULHAS PNEUMATICO MODELO P2516A COM UM CONJUNTO DE 19 AGULHAS EM AÇO	EA	5

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta (01)**X** Alta(02) ☐ Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço MARTELO DE AGULHAS PNEUMÁTICO

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	8425-0103-63	S3632	04536- MARTELO PNEUMATICO		

10.3. Material AÇO

10.4. Características organoléticas

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) 1EA

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA, DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto
(meramente ilustrativo)



10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX FICHA TÉCNICA
CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO MATERIAL

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos XFotos ☐ Outro _____

PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG / SMG_PL_2021

14. Observações

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
Carvalho 04/02/2021 2SAR M Carvalho Marquês	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 04/02/2021	Concordo com a aquisição proposta. 04/02/2021

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº **DA/00294/DOT/20** Data: 11/03/2020

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3019033745

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310412935	4210145138902	AGULHETA DE ALTO RENDIMENTO	EA	13
2	310412957	9905MD0221625	SINAL DE SAIDA DE EMERGENCIA PARA PAVIMENTO Ø 60MM	EA	30

3. Firmas recomendadas (a)

SAMMIC

4. Prioridade* Muito Alta (01) X Alta(02) Média(03) Baixa (04)

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não X

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

X OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço .

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	M-20.2	03WY2			-
2	102	P2251			

10.3. Material

10.4. Características organoléticas:

Cor: Sabor: Textura Odor

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) _____

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto

10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ Sim X FICHA TECNICA, FOTO DO ARTIGO

12. Critérios de adjudicação

X Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

Especificação técnica (ET) Regulamento de Avaliação de Propostas

Desenhos Fotos Outro _____

14. Observações SMG_ORI SMG_DRAG

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
11/03/2020	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 11/3/2020	Concordo com a aquisição proposta. 13/3/2020

NOTAS:

*Campos de preenchimento obrigatório.

(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.

(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.

(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.

(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.


ABASTECIMENTO

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº 0397DOT Data: 25MAI20

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3019033745

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310415346	8345MD0246997	GUIÃO HERÁLDICO	EA	1

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta (01)☐ Alta(02) X Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não X

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço O FORNECEDOR DEVERÁ DIRIGIR-SE AO CCF-BF2 PARA VISUALIZAR A AMOSTRA E ESCLARECER DÚVIDAS. POC.319697

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	CONFORME ANEXO	-	-	-	-

10.3. Material

10.4. Características organoléticas:

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

NOTAS:

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) _____

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto



10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ Sim☐ _____

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos ☐ Fotos X Outro Dre 2ª série nº34 – 18 fevereiro 2010

14. Observações

SMG_CCF

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
27/05/2020 ISAAC	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 27/5/2020 ITAN	Concordo com a aquisição proposta. 27/05/2020

*Campos de preenchimento obrigatório.

(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.

(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.

(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.

(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

Portaria n.º 123/2010

O cumprimento das normas constantes no Regulamento de Heráldica da Armada, aprovado pela Portaria n.º 722/72, de 14 de Dezembro, tem concorrido, desde a sua publicação, para a definição e o reconhecimento da correcta utilização dos símbolos heráldicos, contribuindo para reforçar a imagem e a identidade da Marinha.

Contudo, a evolução da Marinha e a prática da aplicação das normas de heráldica demonstram que o Regulamento está desajustado, sendo aconselhada a sua revisão.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 41º do Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de Setembro, e tendo em conta a necessidade de actualizar a representação simbólica dos comandos, forças, unidades e serviços que constituem a Marinha:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1 — É aprovado o Regulamento de Heráldica da Marinha, anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2 — É revogada a Portaria n.º 722/72, de 14 de Dezembro.

1 de Fevereiro de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

ANEXO

Regulamento de Heráldica da Marinha

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objectivo

O Regulamento de Heráldica da Marinha disciplina o direito ao uso, ordenação e modo de concessão dos símbolos heráldicos atribuídos às diversas entidades, comandos, forças, unidades, serviços e outros organismos da Marinha.

Artigo 2.º

Campo de aplicação

1 — Os símbolos heráldicos previstos neste Regulamento são os brasões de armas e as bandeiras heráldicas.

2 — Os brasões de armas e as bandeiras heráldicas têm como fim principal identificar, por meio de um sinal figurativo, os seus titulares e como fim acessório exprimir distinções honoríficas ou de mérito.

Artigo 3.º

Hierarquia dos cargos

À hierarquia dos cargos e dignidades das diversas entidades e organismos corresponde a hierarquia dos símbolos heráldicos.

Artigo 4.º

Casos omissos

Nos casos omissos, quando não haja recurso à analogia com disposições deste Regulamento, observam-se os princípios gerais da heráldica.

SECÇÃO II

Da ordenação dos símbolos heráldicos

SUBSECÇÃO I

Regras gerais

Artigo 5.º

Princípios da ordenação

A ordenação dos símbolos heráldicos previstos neste Regulamento deve obedecer aos seguintes princípios:

a) Simplicidade — devem excluir-se os elementos supérfluos e utilizar-se os necessários nas suas formas mais despojadas;

b) Univocidade — os brasões de armas e bandeiras heráldicas ordenados nos termos deste Regulamento não devem confundir-se com outros já existentes;

c) Estilização — os elementos utilizados não devem ser empregues na sua forma naturalística, mas naquela que melhor sirva a intenção estética da heráldica;

d) Proporção — as dimensões dos elementos utilizados devem relacionar-se com as do campo do escudo, ou da bandeira, segundo as regras heráldicas;

e) Iluminura — não devem juntar-se metal com metal, ou cor com cor, mas pode juntar-se pele com pele, pele com metal e pele com cor.

Artigo 6.º

Descrição dos símbolos heráldicos

A descrição oficial dos brasões de armas e bandeiras heráldicas deve ser sintética, completa e unívoca, e feita de acordo com as regras gerais da heráldica.

Artigo 7.º

Metais

Os metais admitidos na ordenação dos brasões de armas e bandeiras heráldicas, previstos neste Regulamento, são os seguintes:

a) Ouro, que pode ser substituído por amarelo-torrado;
b) Prata, que pode ser substituída por branco-da-china.

Artigo 8.º

Cores ou esmaltes

As cores ou esmaltes admitidos na ordenação dos brasões de armas e bandeiras heráldicas, previstos neste Regulamento, são os seguintes:

a) Vermelho, na tonalidade vermelhão;
b) Azul, na tonalidade azul-cobalto;
c) Verde, na tonalidade verde-esmeralda;
d) Preto;
e) Púrpura, na tonalidade violeta;
f) Carnação;
g) Cor própria, especificando-se essa cor se tal for necessário.

Artigo 9.º

Peles

As peles admitidas na ordenação dos brasões de armas e bandeiras heráldicas, previstos neste Regulamento, são predominantemente:

a) Arminhos;
b) Contra-arminhos;
c) Veiros;
d) Contra-veiros.

Artigo 10.º

Representação gráfica

A representação gráfica dos metais, cores e peles, referidos nos artigos anteriores, é feita segundo a forma e regras da heráldica geral.

SUBSECÇÃO II

Da ordenação dos brasões de armas

Artigo 11.º

Brasões de armas

1 — Os brasões de armas previstos por este Regulamento são, em regra, constituídos por um escudo encimado por coroa naval, podendo, eventualmente, constar da sua ordenação cruzes e colares das ordens militares, representações de condecorações militares e civis, com suas fitas, troféus, motes e gritos de guerra.

2 — Os brasões de armas podem ainda conter na sua ordenação tenentes e suportes com seus terrados e pedestais.

3 — Os brasões de armas conferidos aos oficiais generais são compostos por escudo com ordenação do organismo comandado, dirigido ou chefiado, sobreposto às insígnias do respectivo titular do cargo, e por correia, elmo, virol, paquife e timbre.

Artigo 12.º

Escudos

1 — Nos brasões de armas são admitidos escudos de ponta redonda e de forma circular.

2 — O escudo de ponta redonda é constituído na proporção de sete partes de largura para oito de comprimento, sendo a ponta um semicírculo de diâmetro igual à largura (fig. 1).

3 — O escudo circular, circundado por um ramo de louro à direita e por um ramo de carvalho à esquerda, encimado por coroa naval, símbolo heráldico do Estado-Maior da Armada, é exclusivamente utilizado como emblema (fig. 2).

4 — As partições do escudo delimitam-se por linhas estilizadas e não devem provocar uma cisão no seu todo significativo.

Artigo 13.º

Coroa naval

1 — A coroa naval é de ouro, forrada de vermelho, sendo constituída por um aro e pelos ornatos superiores.

2 — O aro é limitado por duas virolas, sendo o seu diâmetro sobre a parte superior do escudo igual a seis oitavos desta e a altura igual a um oitavo da mesma, e tem por raio de curvatura o de um círculo, que centrado na ponta do escudo seccionasse a linha do topo deste em dois pontos com o afastamento mencionado.

3 — Sobre o aro dispõe-se um recorte de doze pontas, equidistantes, oito delas encimadas por pelouros, das quais sete são aparentes.

4 — Por detrás de cada uma das pontas sem pelouros ergue-se uma popa de nau, cuja altura é quádrupla da do aro, com três das aberturas de negro encimada por três lanternas, ficando uma das popas sobre a linha mediana do escudo, duas de perfil e uma quarta oculta.

5 — No intervalo das popas e entre cada uma das pontas com pelouros nascem quatro mastros de nau com duas velas de pano redondo, uma solta e outra recolhida, sendo apenas dois os mastros aparentes (fig. 3).

Artigo 14.º

Elmo

O elmo é de prata, guarnecido de ouro, forrado de vermelho, de altura igual à largura do escudo e posto virado de três quartos para a direita (fig. 13)

Artigo 15.º

Correia

A correia é vermelha e perfilada de ouro.

Artigo 16.º

Virol e paquife

O virol é iluminado dos metais e cores dominantes do escudo e dele sai o paquife dos mesmos metais e cores.

Artigo 17.º

Timbre

O timbre é de altura igual à largura do escudo e deve estar relacionado com a ordenação deste na sua simbologia (fig. 4).

Artigo 18.º

Tenentes e suportes

1 — Os tenentes (fig. 5) e suportes (fig. 6) são em número de dois, salvo se como suporte for utilizada uma única nave heráldica (fig. 7).

2 — Os tenentes e suportes, quando ladeando o escudo, têm altura que varia entre o dobro da largura deste e o de uma largura a um quarto, consoante a natureza dos elementos externos do escudo, e assentam sobre um terrado, pedestal ou linha ornamental.

Artigo 19.º

Grito de guerra e mote

1 — O grito de guerra e o mote inscrevem-se em listéis, colocando-se o primeiro sobre a coroa naval e o segundo por baixo do escudo (fig. 8).

2 — Os listéis são ondulados e iluminados nos metais e cores que melhor se harmonizem com os do conjunto das armas.

3 — A letra a utilizar é do tipo gótico ou elzevir, estando o seu topo orientado no sentido do rebordo superior do listel.

Artigo 20.º

Cargas honrosas

Quando for reconhecida ao titular de um brasão de armas a prática de feitos de mérito excepcional, pode o escudo ser aumentado com as seguintes cargas honrosas, por ordem crescente de grandeza:

a) O cantão dextro do chefe carregado com um castelo de ouro (fig. 9);

b) O cantão dextro do chefe carregado com uma quina (fig. 10);

c) Um escudete de prata carregado das cinco quinas posto em ponto de honra (fig. 11).

Artigo 21.º

Troféus

1 — Na generalidade, os troféus ordenam-se de modo a dar o devido destaque ao escudo e segundo critérios de ordem puramente estética (fig. 12).

2 — Os elementos dos troféus, a que, porém, se atribua um especial significado, devem ser realçados em relação ao conjunto de todos os outros.

Artigo 22.º

Insígnias das ordens militares e condecorações

As insígnias das ordens militares e as condecorações são representadas do seguinte modo:

a) As cruzes das antigas ordens militares colocam-se atrás do escudo e as suas extremidades aparentes devem medir cerca de um quarto da largura deste, excepto a correspondente à ponta por estar parcialmente encoberta por ela (fig. 9);

b) Os colares das ordens circundam o escudo a partir dos seus cantos (fig. 11);

c) As diversas condecorações militares e civis colocam-se, pendentes de suas fitas, na parte inferior do escudo, da direita para a esquerda deste, segundo a respectiva ordem de importância, não devendo o seu comprimento exceder um quarto da largura do escudo (fig.10);

d) As cruzes das antigas ordens militares, os colares das ordens e as diversas condecorações militares e civis não podem ser representadas em simultâneo, prevalecendo as que tiverem mais alta precedência.

Artigo 23.º

Insígnias dos oficiais generais

1 — As insígnias dos oficiais generais cruzam-se em aspa ou põem-se em pala por detrás do escudo, e as suas extremidades aparentes não devem exceder em comprimento um quarto da largura daquele.

2 — As insígnias dos oficiais generais são as seguintes:

a) Almirante — duas âncoras de prata passadas em aspa, com os cepos carregados de duas quinas (fig. 13);

b) Vice-almirante — duas âncoras de prata passadas em aspa (fig. 14);

c) Contra-almirante — uma âncora de prata posta em pala (fig. 15);

d) Comodoro — idêntica à do contra-almirante, tendo por diferença uma brica no cantão dextro do chefe, carregada de uma âncora de prata (fig. 16)

Artigo 24.º

Brasão de armas da Marinha

A Marinha tem por brasão de armas um escudo de azul com um golfinho de prata, encimado por coroa naval de ouro e listéis com o grito de guerra «SÃO JORGE» e o mote «TALANT DE BIEN FAIRE» (fig. 8).

SUBSECÇÃO III

Da ordenação das bandeiras heráldicas

Artigo 25.º

Bandeiras heráldicas

1 — As bandeiras heráldicas não se arvoram nem têm honras militares, são bandeiras portáteis de desfile e de sinal de reunião.

2 — As bandeiras heráldicas têm como finalidade identificar as unidades e organismos que a elas têm direito, e são as seguintes:

a) Flâmula heráldica;

b) Guião;

c) Estandarte heráldico.

Artigo 26.º

Flâmula heráldica

1 — A flâmula heráldica tem a forma de um triângulo isósceles, cuja altura é o triplo da base.

2 — A flâmula heráldica é igualmente a bandeira heráldica de desfile que constitui o símbolo da subunidade de escalão companhia.

3 — A flâmula heráldica é de seda, tem de dimensão 0,75 m × 0,25 m com bainha contínua para enfiar em haste e a sua fixação é assegurada por dois cordões finos de seda de cor do campo da flâmula.

4 — O campo da flâmula heráldica é dividido em quatro partes separadas entre si por um listel posto em banda, onde se inscreve o nome da unidade (fig. 17).

5 — As quatro partes são alternadamente em banda, de uma cor e um metal, ou cortadas de uma cor e um metal, carregadas com a empresa heráldica da unidade.

6 — A haste é de madeira de castanho envernizada com 0,030 m de diâmetro e 2 m de comprimento total.

Artigo 27.º

Guião

1 — O guião tem a forma de quadrado e mede 0,80 m de lado

2 — O ordenamento do guião é constituído por um campo carregado da empresa heráldica da unidade e uma bordadura, que pode ser simples (fig. 18), de cor acantonada de metal (fig. 19), esquartelada em cruz de metal e cor (fig. 20) ou gironada de oito peças de metal e cor (fig. 21).

3 — O guião é de tecido de seda bordado e debruado por um cordão do metal e cor dominantes.

4 — A haste é de metal prateado, com 0,030 m de diâmetro e 2,10 m de comprimento.

5 — A lança é de metal prateado, com 0,14 m de comprimento.

6 — O guião enfia na haste por uma bainha de quatro dentículos e na vareta horizontal, que o mantém desfraldado, por uma bainha contínua.

7 — O topo distal da vareta horizontal é ligado à haste por meio de um cordão do metal e cor dominantes.

Artigo 28.º

Estandarte heráldico

1 — O estandarte heráldico tem a forma de quadrado e mede 1 m de lado.

2 — O ordenamento do estandarte heráldico é formado por uma combinação de várias peças principais, cruzes, estrelas ou faixas, dos metais e cores mais adequados (figs. 22 a 26).

3 — Ao ordenamento do estandarte heráldico pode sobrepor-se uma cruz (figs. 24 e 25) ou aspa (figs. 23 e 26) firmadas.

4 — Brocante sobre o mencionado ordenamento e circundado por um listel de prata dispõe-se o escudo do brasão de armas do titular do estandarte.

5 — O estandarte heráldico é de tecido de seda bordado, debruado por um cordão do metal e cor dominantes, rematado com borlas e laçadas, podendo ser acompanhado na parte exterior por franjas de ouro ou prata.

6 — A haste é de metal prateado, com 0,030 m de diâmetro e 2,10 m de comprimento.

7 — A lança é de metal prateado, com 0,14 m de comprimento.

8 — O estandarte heráldico enfia na haste por uma bainha denticulada e na vareta horizontal, que o mantém desfraldado, por uma bainha contínua.

SECÇÃO III

Do direito aos símbolos heráldicos

Artigo 29.º

Direito ao uso de brasão de armas

1 — Têm direito ao uso de brasão de armas:

a) A Marinha;
b) O Comando Naval e os Comandos de Zona Marítima;
c) As unidades, estabelecimentos e órgãos subordinados do Comando Naval, comandados, dirigidos ou chefiados por oficiais de posto igual ou superior a capitão-de-fragata;
d) A Direcção-Geral da Autoridade Marítima, o Comando-Geral da Polícia Marítima, os Departamentos Marítimos, o Instituto de Socorros a Náufragos, a Direcção de Faróis e as capitanias dos portos;
e) O Instituto Hidrográfico;
f) As superintendências e as respectivas direcções;
g) As unidades navais de superfície do tipo corveta ou fragata, os submarinos e os navios-escola e demais unidades navais comandadas por oficiais de posto igual ou superior a capitão-de-fragata;
h) As forças e agrupamentos navais com organização permanente;
i) As unidades e os organismos com funções de inspecção, conselho, docência, culturais, científicos ou logísticos cujo comando, direcção ou chefia pertença a oficial de posto igual ou superior a capitão-de-mar-e-guerra;
j) O Estado-Maior da Armada;
l) O Hospital da Marinha;
m) A Banda da Armada.

2 — Têm ainda direito ao uso de brasão de armas as forças navais e de fuzileiros, de carácter não permanente, comandadas por oficiais de posto igual ou superior a capitão-de-fragata, quando o respectivo processo de atribuição tenha merecido despacho favorável do Chefe do Estado-Maior da Armada.

3 — Têm direito ao uso de brasão de armas os oficiais generais comandantes, directores ou chefes dos órgãos ou serviços mencionados no n.º 1, durante o exercício de tais cargos.

Artigo 30.º

Peças honrosas, condecorações, tenentes, suportes e troféus

O direito ao uso de brasão de armas pode ser objectivamente modificado pelo acrescento de peças honrosas, condecorações, tenentes, suportes e troféus.

Artigo 31.º

Direito ao uso de bandeiras heráldicas

1 — Têm direito ao uso de flâmula heráldica as unidades navais de superfície, com exclusão das mencionadas na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 29.º, e as subunidades de fuzileiros de escalão companhia integradas em batalhões.

2 — O direito ao uso de guião compete às unidades independentes de fuzileiros de escalão companhia e às unidades de mergulhadores.

3 — O direito ao uso de estandarte heráldico compete à Marinha e às unidades abaixo designadas:

a) O Comando Naval e os Comandos de Zona Marítima;
b) A Flotilha e o Corpo de Fuzileiros;
c) As forças navais e as forças de fuzileiros, referidas no n.º 2 do artigo 29.º;
d) As unidades navais referidas na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 29.º;
e) Os batalhões de fuzileiros;
f) A Escola Naval;
g) A Escola de Tecnologias Navais, a Escola de Fuzileiros e a Escola de Autoridade Marítima;
h) A Base Naval de Lisboa e a Base de Fuzileiros.

Artigo 32.º

Extinção do direito ao uso de bandeiras heráldicas

1 — O direito ao uso de brasão de armas e de bandeira heráldica extingue-se pela cessação de existência jurídica ou abate ao efectivo do seu titular.

2 — No caso de extinção jurídica do seu titular, todos os símbolos heráldicos de que fez uso devem ser entregues no Gabinete de Heráldica Naval com destino ulterior ao Museu de Marinha ou sala-museu do fuzileiro, no prazo de 30 dias.

3 — O estado temporário de inactividade do titular de brasão de armas ou de bandeira heráldica não produz a extinção do direito ao uso dos mesmos.

Artigo 33.º

Repetição de concessão de brasão de armas ou bandeira heráldica

Um brasão de armas ou uma bandeira heráldica já uma vez concedidos podem sê-lo novamente a titular que adquira o nome de um já abatido, mas sem a transmissão das cargas honrosas e condecorações porventura existentes.

SECÇÃO IV

Emblemas heráldicos

Artigo 34.º

Emblemas heráldicos

1 — Os emblemas heráldicos são símbolos geralmente utilizados como marca editorial.

2 — Os emblemas têm a forma circular e são compostos por figuras ou por um escudo com a representação heráldica da unidade, ou organismo, e seus ornatos (fig. 27).

SECÇÃO V

Do modo de concessão dos símbolos heráldicos

Artigo 35.º

Processo de concessão dos símbolos heráldicos

1 — A concessão ou modificação dos símbolos heráldicos é feita na sequência de um processo cuja coordenação compete ao Gabinete de Heráldica Naval e através do qual se determina a ordenação daqueles símbolos e se executam as iluminuras que os representam.

2 — O processo para a concessão de símbolos heráldicos inicia-se por solicitação da entidade interessada.

3 — O director do Gabinete de Heráldica Naval promove a recolha de todos os elementos susceptíveis de interessar à formulação do seu parecer e elabora um projecto de ordenação e um parecer justificativo do mesmo.

4 — Sob a forma de proposta, o projecto de ordenação das armas e a sua justificação são apresentados para despacho ao almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

5 — Após merecer concordância superior, o respectivo desenho a cor com a indicação dos esmaltes e a sua descrição é enviado para publicação na Ordem da Armada.

6 — A entidade interessada apenas pode fazer uso dos símbolos heráldicos concedidos após publicação em Ordem da Armada.

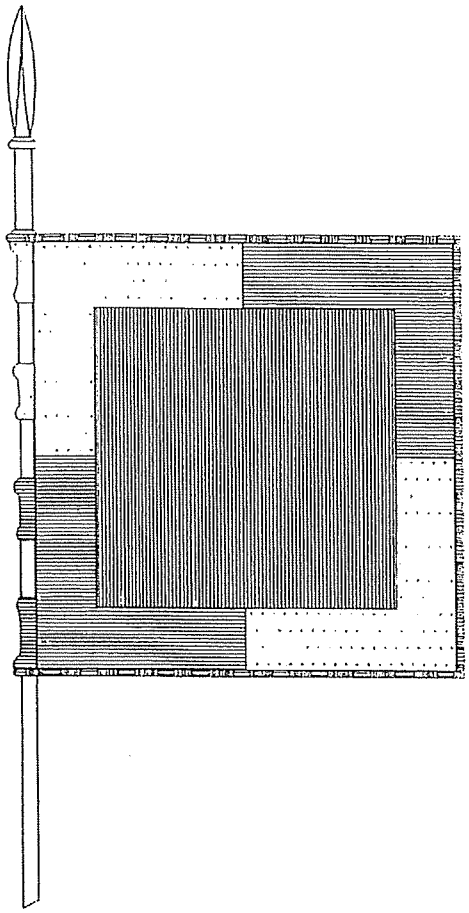


Figura 20

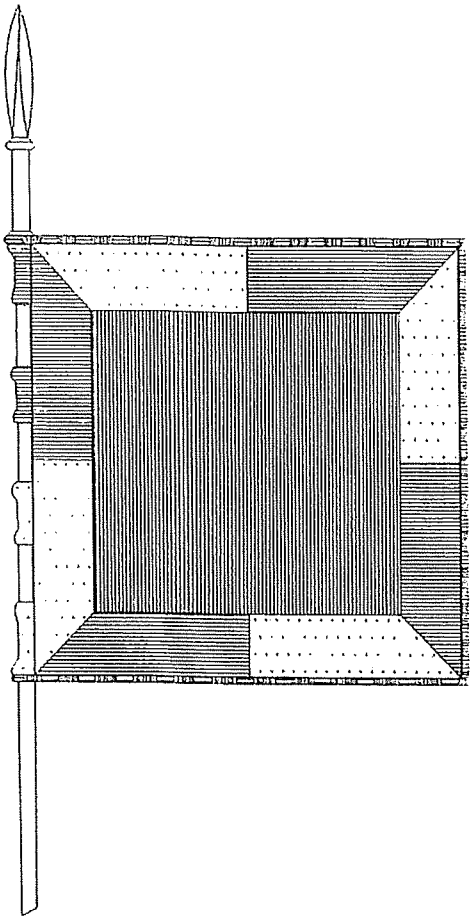


Figura 21

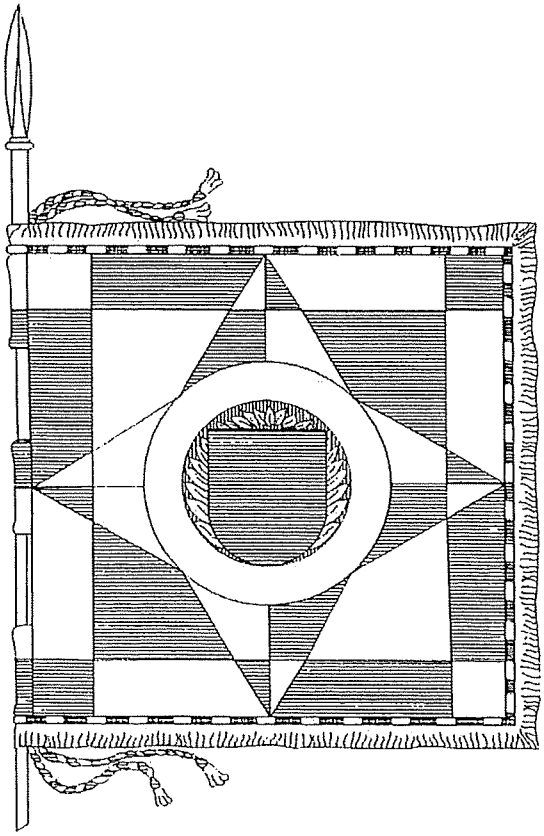


Figura 22

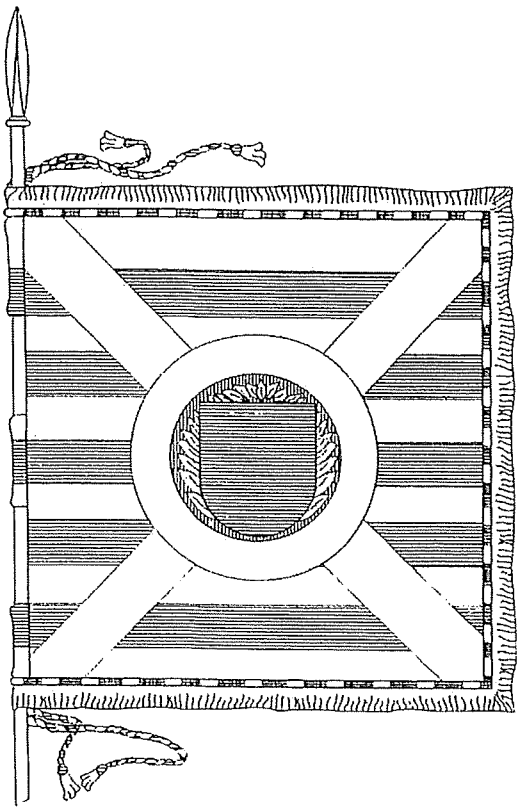


Figura 23

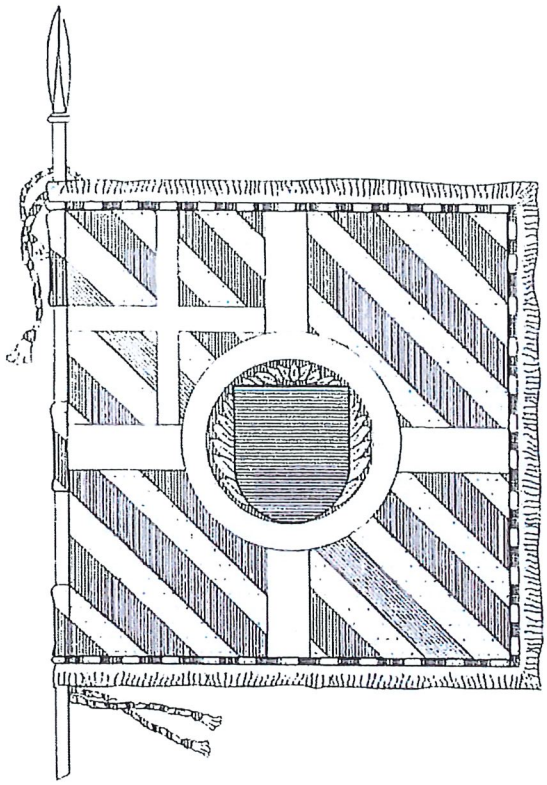


Figura 24

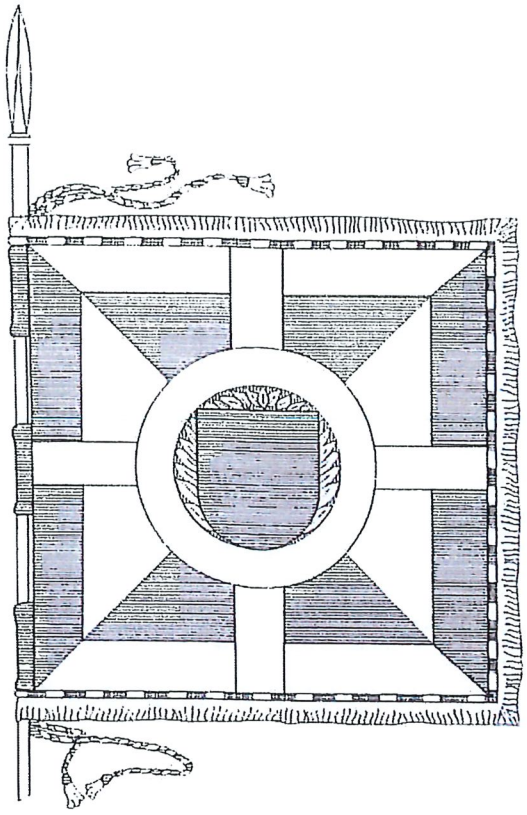


Figura 25

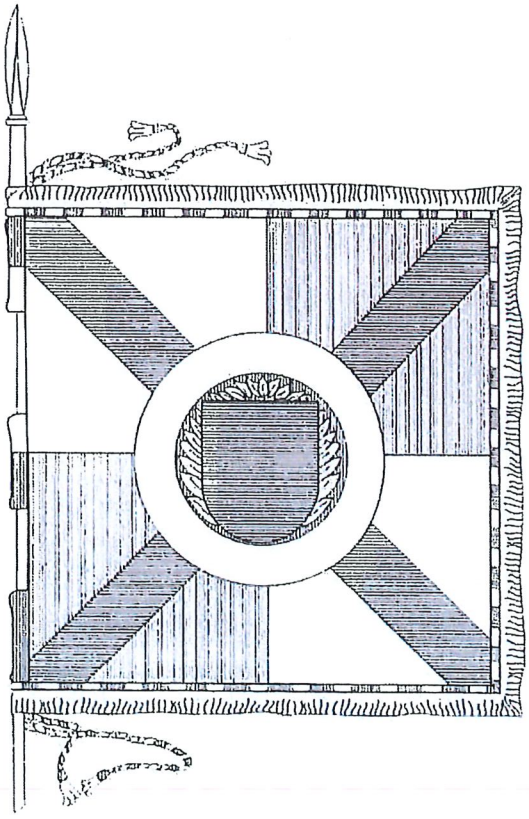


Figura 26



Figura 27

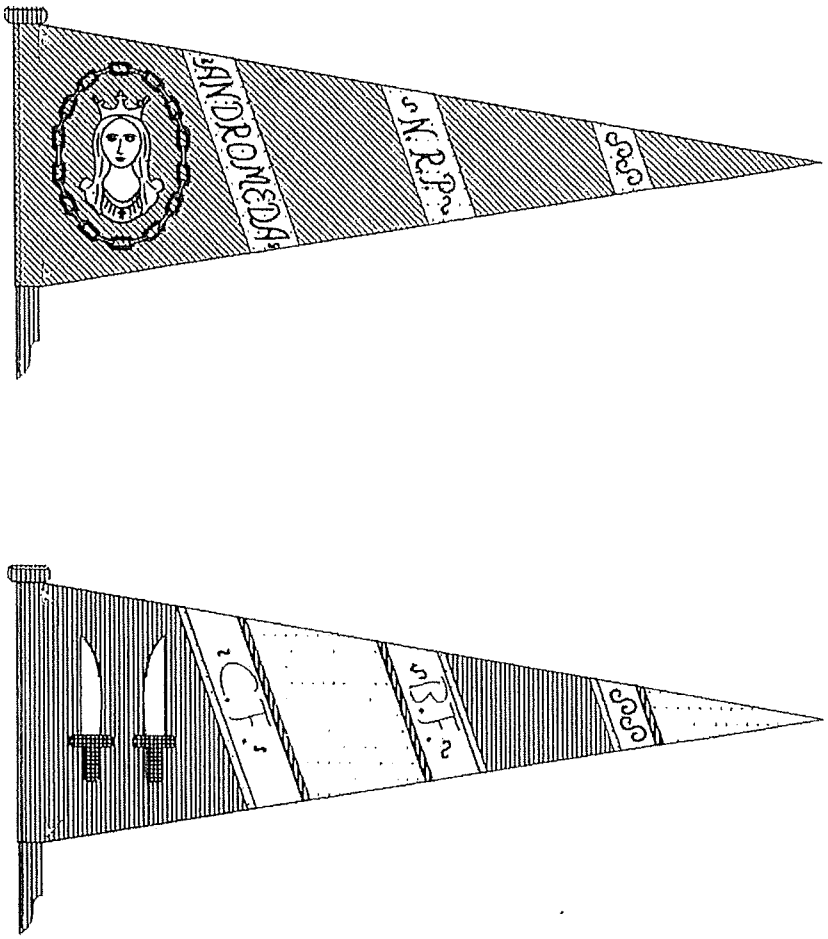


Figura 17

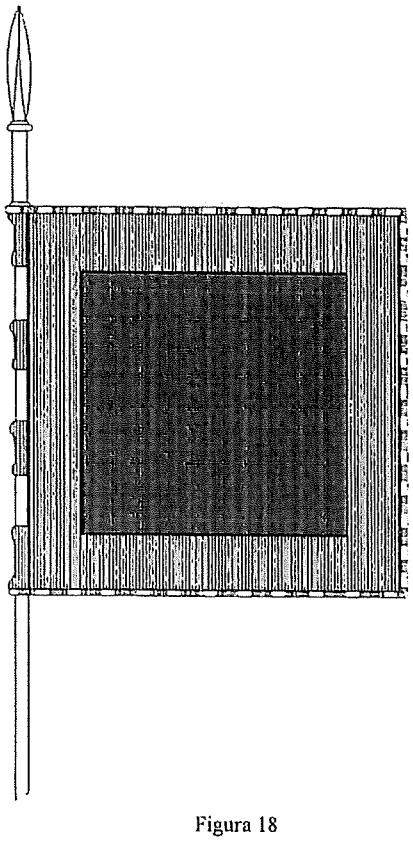


Figura 18

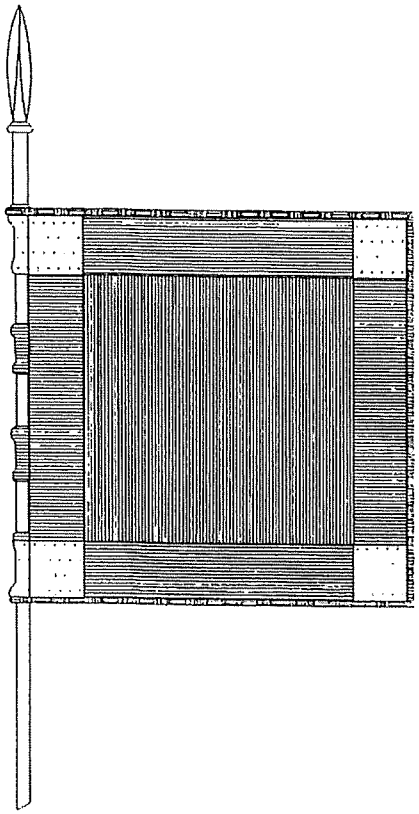
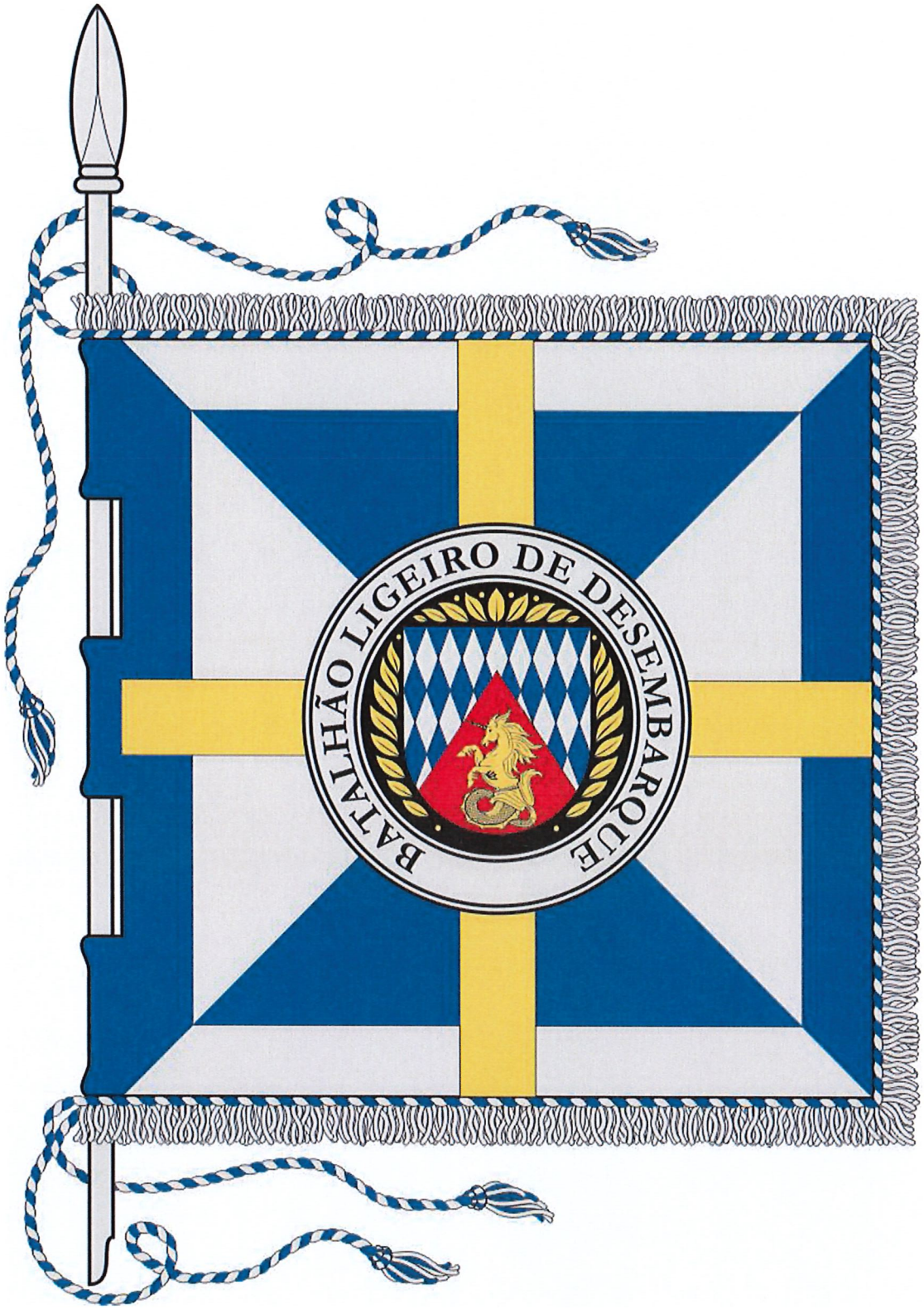


Figura 19

OA1 N.º 25/18-06-14
ESTANDARTE HERÁLDICO DO BATALHÃO LIGEIRO DE DESEMBARQUE



DESCRIÇÃO HERÁLDICA – Franchado de prata e azul com bordadura franchada dos contrários, brocante uma cruz de S. Jorge de ouro. Sobre este ordenamento o escudo do brasão de armas envolvido por folhagens de louro em ouro e circundado por um listel de prata, com a legenda em letras negras, tipo elzevir, «BATALHÃO LIGEIRO DE DESEMBARQUE». Franjas de prata, cordões e borlas de prata e azul, haste e lança de prata.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº DA/00413/DOT/21 Data: 23FEV21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310409654	2040MD0019976	DEFENSA EM ESPUMA FLUTUANTE Ø470MM LG 1140MM PESO 20KG, COR CINZENTO. **CARECE DE CERTIFICADOS DE CONFORMIDADE POR CADA EA.**	EA	5

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta (01)**X** Alta(02) ☐ Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço DEFENSA EM ESPUMA FLUTUANTE

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	**DEFENSA PNEUMATICA 470X1140MM**	**P1215**	**00008-DEFENSA PNEUMATICA**		

10.3. Material

10.4. Características organoléticas

Cor: CINZENTO Sabor: - Textura - Odor -

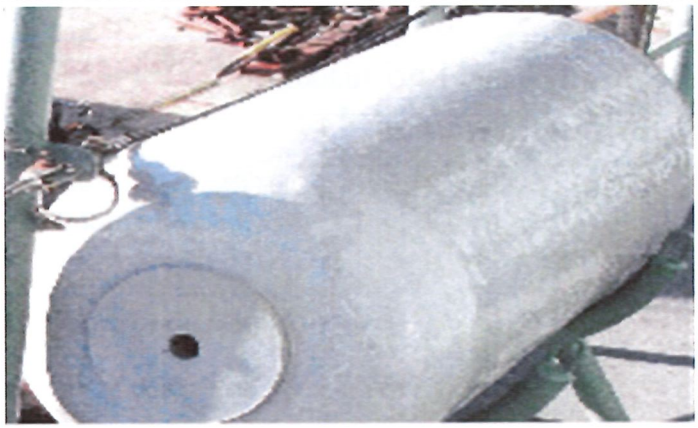
10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) FOTO CATALOGO OU FOTO DE MATERIAL EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais)

10.7. Estrutura: Dimensão DIÂM:470MM;1140 MM COMP. Forma: Peso: 20KG

10.8. Prazo de validade:

10.9. Desenho/foto
(meramente ilustrativo)



10.10 Outros

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX CERTIFICADOS DE CONFORMIDADE POR EA

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos X Fotos ☐ Outro

14. Observações PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG/SMG_PL_2021

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
Carquês 23/02/2021 2SAR M CARVALHO MARQUÊS	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 23/02/2021 Marques de Abreu ITAR AM	Concordo com a aquisição proposta. 23/02/2021

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº **DA/00415/DOT/21** Data: 23FEV21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310435522	6910997837372	DUMMY, LIFE SAVING (BONECO DE EXERCÍCIO DE HOMEM AO MAR "ÓSCAR") **NOTA: DEVERÁ SER ACOMPANHADO DO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE POR CADA EA**	EA	10

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta (01)**X** Alta(02) ☐ Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço DUMMY LIVE SAVING (OSCAR)

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	**LD12**	**U3985**	**19935-EQUIPAMENTO FICTICIO PARA ARTEFACTOS**		

10.3. Material

10.4. Características organoléticas

Cor: Sabor: - Textura - Odor -

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto
(meramente ilustrativo)



10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX CERTIFICADOS DE CONFORMIDADE POR EA

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos X Fotos ☐ Outro _____

14. Observações PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
Marques 23/02/2021 2SAR M CARVALHO MARQUÊS	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 23/02/2021 Marques de Azevedo TCOR AM	Concordo com a aquisição proposta. 23/02/2021

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.

(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº 529/DOT-SS Data: 11-06-2018

1. Secção/subsecção* **SSS**

2. Identificação do processo*3018003763

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
2	310333168	5120-MD-038-8041	CHAVE DE CINTA	EA	1

3. Firmas recomendadas (a)

THYSSENKRUPP MARINE SYSTEMS GMBH

SUNLIGHT SYSTEMS S.A.

4. Prioridade* Muito Alta (01)☐ Alta(02) X Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

☐ OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
2	1366555	D1253	BATERIA PRINCIPAL	MAIN BATTERY	

10.3. Material

10.4. Características organoléticas:

Cor: Sabor: Textura Odor

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) _____

10.7. Estrutura: Dimensão: _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto

10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ Sim X CERTIFICADO

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos ☐ Fotos ☐ Outro _____

14. Observações _____

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
11/06/2018 Secretários 1ºSAR E FA	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 18/06/2018	Concordo com a aquisição proposta. 18/06/2018

NOTAS:

*Campos de preenchimento obrigatório.

(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.

(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.

(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.

(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº **DA/00593/DOT/20** Data: 03MAI21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310441488	2090MD0020520	**ESCADA QUEBRA-COSTAS** Descrição: A Escada quebra-costas inicia com mãozinha feita num sapatilho em aço inox para cabo de 20mm, de três cordões, em polietileno. O primeiro degrau inicia aos 300mm a contar do sapatinho e os degraus são suspensos aos cabos da escada por meio de botão redondo com esgano em linha de gacheta em nylon de 4mm e protegidos por manga térmo-retratil. O cabo guia é fixo por mãozinha no cabo da escada por cima do antepenúltimo degrau, com cabo de 18mm em fibra natural, com 2,7 mts comprimento. A madeira a utilizar na manufatura dos degraus Cambala ou Teca. Composta por 6 degraus (distância entre degraus 300mm) 1º, 2º e 3º em madeira. 1º e 2º Degrau. Com as seguintes medidas 525mm x 115mm x 25mm. 3º Degrau. Estabilizador. Com as seguintes medidas 1800mm x115mm x 25mm. 4º, 5º e 6º degrau são em borracha com as medidas iguais ao 1º degrau. CARECE DE RETIFICAÇÃO A BORDO **NOTA: Carece de certificado de conformidade do artigo com os vários materiais aplicados.**	EA	1

3. Firmas recomendadas (a)

_____ _____

_____ _____

4. Prioridade* Muito Alta (01X Alta(02) ☐ Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€) _____ **8. Fonte de Financiamento**

OE Class. Económica _____

☐ Outras _____

9. ET Nº _____

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço ESCADA QUEBRA COSTAS 6 DEGRAUS

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	ESCADA QUEBRA-COSTAS 2MR 7 DEGRA	P0009	03513-MATERIAL DE APRESTAMENTO	1	ESCADA QUEBRA-COSTAS 2MR 7 DEGRA

10.3. Material MADEIRA EM CABALA E TECA; SAPATILHO E AÇO INOX E CABO EM POLIETILENO

10.4. Características organoléticas

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto

10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX FICHA TÉCNICA CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO MATERIAL

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

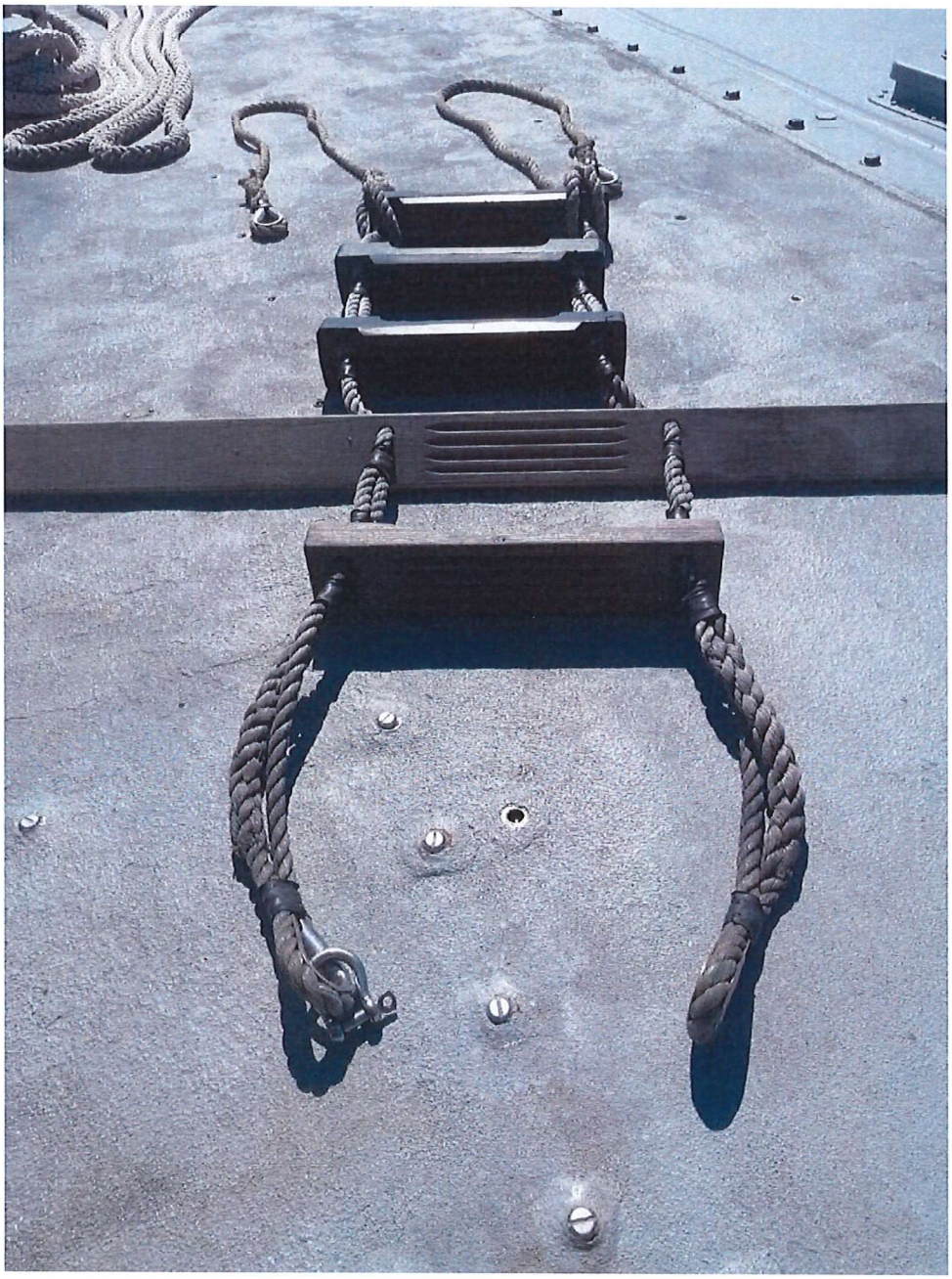
☐ Desenhos XFotos ☐ Outro _____

14. Observações PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG / SMG_DOURO

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
03/05/2021 2SAR M Carvalho Marquês	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 03/05/2021	Concordo com a aquisição proposta. Assinado por : SÉRGIO MANUEL MONTEIRO LOPES CARTÃO DE CIDADÃO Num. de Identificação: BI100900895

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

ANEXO IA_ DA/00593/DOT/21



2090MD0020520 - ESCADA QUEBRA-COSTAS

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº DA/00594/DOT/20 Data: 03MAI21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310441488	2090MD0020520	**ESCADA QUEBRA-COSTAS** Descrição: A Escada quebra-costas inicia com mãozinha feita num sapatilho em aço inox para cabo de 20mm, de três cordões, em polietileno. O primeiro degrau inicia aos 300mm a contar do sapatinho e os degraus são suspensos aos cabos da escada por meio de botão redondo com esgano em linha de gacheta em nylon de 4mm e protegidos por manga térmo-retratil. O cabo guia é fixo por mãozinha no cabo da escada por cima do antepenúltimo degrau, com cabo de 18mm em fibra natural, com 3,7 mts comprimento. A madeira a utilizar na manufatura dos degraus Cambala ou Teca. Composta por 8 degraus (distância entre degraus 300mm) 2º, 3º,4º,5º,6º e 7º em madeira. 2º,4º,5º,6º e 7º Degrau. Com as seguintes medidas 525mm x 115mm x 25mm. 3º Degrau. Estabilizador. Com as seguintes medidas 1800mm x115mm x 25mm. 1º e 8º degrau são em borracha com as medidas iguais ao 2º degrau. CARECE DE RETIFICAÇÃO A BORDO **NOTA: Carece de certificado de conformidade do artigo com os vários materiais aplicados.**	EA	1

3. Firmas recomendadas (a)

_____ _____

_____ _____

4. Prioridade* Muito Alta (01)☐ Alta(02) **X** Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA **Instrução para Aquisição**

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€) _____ **8. Fonte de Financiamento**

OE Class. Económica _____

☐ Outras _____

9. ET Nº _____

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço ESCADA QUEBRA COSTAS 8 DEGRAUS

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	ESCADA QUEBRA-COSTAS 2MR 7 DEGRA	P0009	03513-MATERIAL DE APRESTAMENTO	1	ESCADA QUEBRA-COSTAS 2MR 7 DEGRA

10.3. Material MADEIRA EM CABALA E TECA; SAPATILHO E AÇO INOX E CABO EM POLIETILENO

10.4. Características organoléticas

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

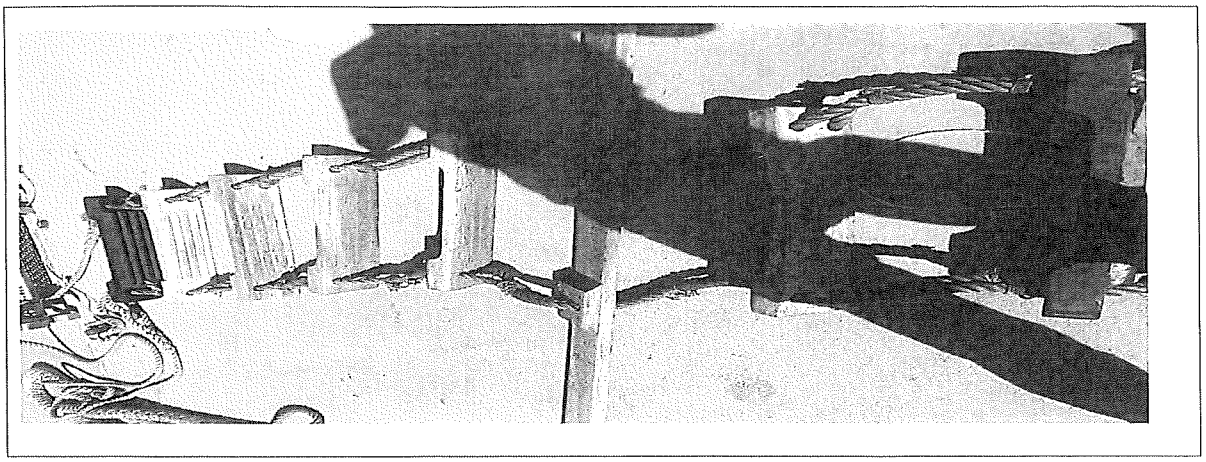
10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto



10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX FICHA TÉCNICA
CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO MATERIAL

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos XFotos ☐ Outro _____

14. Observações PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG / SMG_TEJO

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
Carquês 03/05/2021 2SAR M Carvalho Marquês	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 03/05/2021 ITEN AN	Concordo com a aquisição proposta. Assinado por : **SÉRGIO MANUEL MONTEIRO LOPES** CARTÃO DE CIDADÃO Num. de identificação: BI100900895

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº DA/00595/DOT/20 Data: 03MAI21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310441488	2090MD0020520	**ESCADA QUEBRA-COSTAS** Descrição: A Escada quebra-costas inicia com mãozinha feita num sapatilho em aço inox para cabo de 20mm, de três cordões, em polietileno. O primeiro degrau inicia aos 300mm a contar do sapatinho e os degraus são suspensos aos cabos da escada por meio de botão redondo com esgano em linha de gacheta em nylon de 4mm e protegidos por manga térmo-retratil. O cabo guia é fixo por mãozinha no cabo da escada por cima do antepenúltimo degrau, com cabo de 18mm em fibra natural, com 1,8 mts comprimento. A madeira a utilizar na manufatura dos degraus Cambala ou Teca. Composta por 4 degraus (distância entre degraus 300mm) 1º, 2º e 3º em madeira. 1º e 2º Degrau. Com as seguintes medidas 525mm x 115mm x 25mm. 3º Degrau. Estabilizador. Com as seguintes medidas 1800mm x115mm x 25mm. 4º degrau são em borracha com as medidas iguais ao 1º degrau. CARECE DE RETIFICAÇÃO A BORDO **NOTA: Carece de certificado de conformidade do artigo com os vários materiais aplicados.**	EA	1

3. Firmas recomendadas (a)

_____ _____

_____ _____

4. Prioridade* Muito Alta (01)☐ Alta(02) **X** Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€) _____ **8. Fonte de Financiamento**

OE Class. Económica _____

☐ Outras _____

9. ET Nº _____

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço ESCADA QUEBRA COSTAS 4 DEGRAUS

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	ESCADA QUEBRA-COSTAS 2MR 7 DEGRA	P0009	03513-MATERIAL DE APRESTAMENTO	1	ESCADA QUEBRA-COSTAS 2MR 7 DEGRA

10.3. Material MADEIRA EM CABALA E TECA; SAPATILHO E AÇO INOX E CABO EM POLIETILENO

10.4. Características organoléticas

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto



10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX FICHA TÉCNICA CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO MATERIAL

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos XFotos ☐ Outro _____

14. Observações PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG / SMG_RIO_MINHO

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
Carvalho Marquês 03/05/2021 2SAR M Carvalho Marquês	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 03/05/2021 1TEN AN	Concordo com a aquisição proposta. ___/___/2021

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA **Instrução para Aquisição**

Nº DA/00502/DOT/21 Data: 12ABR2021

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
01	310441487	7910MD0213310	ASPIRADOR DE PÓ E LIQUIDOS	EA	03

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta(01) Alta(02)X Média(03) Baixa (04)

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço ***ASPIRADOR DE PÓ E LIQUIDOS COM CAPACIDADE DE 30L 220V 1500W***

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
01	ASPIRADOR DE PÓ E LIQUIDOS	P1215	-	-	-

10.3. Material

10.4. Características organoléticas

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) _____

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto
(MERAMENTE ILUSTRATIVO)

10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ Sim _____

12. Critérios de adjudicação

Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

Especificação técnica (ET) Regulamento de Avaliação de Propostas

Desenhos Fotos Outro _____

14. Observações SMG_DCAR

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
12/04/2021 SAR/E CABRITA NETO	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 12/04/2021 ITEN AN	Concordo com a aquisição proposta. 13/04/2021

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA **Instrução para Aquisição**

Nº DA/00631/DOT/21 Data: 12MAI2021

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
01	310443535	7310MD0186359	MAQUINA DE CAFE DE 1 GRUPO CAPACIDADE 6 LITROS 115V/60HZ TIPO I	EA	01

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta(01) Alta(02)X Média(03) Baixa (04)

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
01	FLE1	P1192	-	-	-

10.3. Material

10.4. Características organoléticas

Cor: - Sabor: - Textura - Odor -

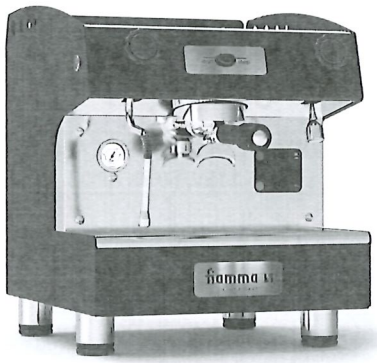
10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) _____

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) _____

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto
(MERAMENTE ILUSTRATIVO)

10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ Sim _____

12. Critérios de adjudicação

Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

Especificação técnica (ET) Regulamento de Avaliação de Propostas

Desenhos Fotos Outro _____

14. Observações SMG_DRAG

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
12/05/2021 SARA NETO	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 12/05/2021 TEN AN	Concordo com a aquisição proposta. 12/05/2021

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA

SECÇÃO DO MATERIAL GERAL

NORMAS A OBSERVAR NO FORNECIMENTO DE EXTINTORES

- *Os extintores têm que possuir selo na cavilha de segurança.*
- *O reservatório não pode ter data de fabrico superior a um (1) ano.*
- *Todos os extintores têm que ter um difusor adequado ao tipo e dimensão do extintor.*
- *Os extintores têm que trazer a etiqueta de manutenção colada no corpo de cada extintor, com os respetivos dísticos apostos nesta. Um, com a data (ano e mês) de carregamento e outro com a data (ano e mês) da próxima manutenção.**

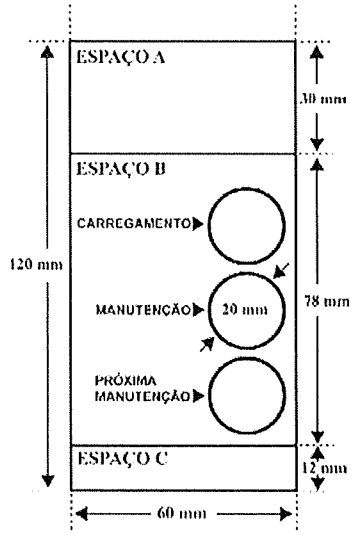


Figura 1 - Exemplo de etiqueta de manutenção

Conforme secção 6.2 da Norma Portuguesa 4413 de 2019.

O Técnico de Material
Costa Serras SAJ CM

Costa Serras SAJ CM

	DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO **DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA** **Instrução para Aquisição**

Nº DA/00623/DOT/21 Data: 10MAI21

1. Secção/subsecção* **DOT-SMG**

2. Identificação do processo* NPD 3020028883

Posição	RC	NNA/NAP	Designação	UF	Qt.
1	310420065	6910997837372	DUMMY,LIFE SAVING (BONECO DE EXERCÍCIO DE HOMEM AO MAR "ÓSCAR")	EA	2

3. Firmas recomendadas (a)

4. Prioridade* Muito Alta (01)X Alta(02) ☐ Média(03) ☐ Baixa (04) ☐

5. Necessidade de entrega de amostras por parte das firmas (b,c,*) Sim ☐ Não ☐

6. Visita para avaliação das amostras (firmas): Local **DOT-SMG**

7. Preço base - valor sem IVA (€)

8. Fonte de Financiamento

OE Class. Económica

☐ Outras

9. ET Nº

10. Requisitos técnicos (Preencher caso não exista ET)

10.1. Breve descrição do bem/serviço BONECO DE EXERCÍCIO DE HOMEM AO MAR.

10.2 Identificação por artigo

Posição	Referência Fabricante	Código Fabricante	Equipamento	Modelo	N.º série
1	LD12	U3985	19935- EQUIPAMENTO FICTICIO PARA ARTEFACTOS		

10.3. Material

10.4. Características organoléticas

Cor: Sabor: - Textura - Odor -

10.5. Unidade de fornecimento mínima (amostras) 1EA

10.6. Embalagem e rotulagem (características especiais) EMBALADO COM IDENTIFICAÇÃO DO NNA DESCRIÇÃO DO ARTIGO E NPD.

10.7. Estrutura: Dimensão _____ Forma: _____ Peso: _____

10.8. Prazo de validade: _____

10.9. Desenho/foto
(meramente ilustrativo)





10.10 Outros _____

11. Entrega de documentos (d) Não ☐ SimX CERTIFICADOS DE CONFORMIDADE POR EA

12. Critérios de adjudicação

☐ Preço mais baixo	☐ Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas

13. Anexos

☐ Especificação técnica (ET) ☐ Regulamento de Avaliação de Propostas

☐ Desenhos X Fotos ☐ Outro _____

14. Observações PARA ESCLARECIMENTOS CONTACTAR DA DOT – SMG / SMG_REQ

15. O técnico	16. O chefe de secção	17. O chefe da DOT
T Carvalho Marquês 10/05/2021 2SAR M CARVALHO MARQUÊS	Propõem-se a aquisição dos bens e/ou serviços mencionados neste impresso, de acordo com os nºs 1. a 14 ___/___/2021 _____	Concordo com a aquisição proposta. ___/___/2021 _____

NOTAS:
*Campos de preenchimento obrigatório.
(a) – Exceto Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação, Procedimento de negociação e diálogo concorrencial.
(b) Ver nº 1 do art.47º do Código dos Contratos Públicos.
(c) Ver Regulamento de Avaliação de Amostras da DA e Regulamento de Avaliação de Propostas.
(d) Indicar quais os documentos exigidos com a entrega dos artigos/serviços: certificados, atestados, fichas técnicas, boletins de análise, garantias, etc.

ANEXO C - Especificação Técnica

ET 0283
ET 0465
ET 0473
000/ET-583/970214

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

ESPECIFICAÇÃO DE ARTIGO

ET 0283

EMBANDEIRAMENTO EM ARCO
"FF CLASSE VASCO DA GAMA"

VERSO EM BRANCO	- 1 de 5 -	O Técnico de Material, Martins dos Santos 2SAR C _____

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Identificação de Alteração	Data em que foi efetuada	Quem efectuou (assinatura, posto, unidade)
ALTERAÇÃO (Letra da versão)	(dia/mês/ano)	(assinatura do técnico) Posto, classe e unidade

1. OBJETIVO

A presente especificação refere-se aos requisitos a exigir na aquisição do embandeiramento em arco para navios da classe “VASCO DA GAMA”.

2. IDENTIFICAÇÃO

2090-MD-002-0655	EMBANDEIRAMENTO EM ARCO "FF CLASSE VASCO DA GAMA"

3. UNIDADE DE FORNECIMENTO

EA (UNIDADE)

4. CAMPO DE APLICAÇÃO

Estes artigos são de uso geral, mas aplicam-se especialmente nas unidades navais.

5. DESCRIÇÃO

O embandeiramento é constituído por duas partes, com as seguintes dimensões:

5.1 PROA AO MASTRO

Cabo com 45,10 metros guarnecido com bandeiras numa extensão de 43 metros. A primeira bandeira é colocada a 1 metros da extremidade do cabo ficando a última a 1 metro da outra ponta. Ambas as extremidades devem ser providas de mãozinha e gato de escape.

5.2 MASTRO A POPA

65,60 Metros de cabo com bandeiras distribuídas por 63 metros, ficando a primeira a 1 metros da extremidade e a última a 1 metro da outra. Ambas as extremidades devem ser providas de mãozinha e gato de escape.

6. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

6.1 Os cabos de suspensão levam, de 2 em 2 metros, argolas metálicas que são cosidas aos cabos com linha de 2 mm. As argolas são de aço macio galvanizado, com 6 cm de diâmetro e secção circular de cerca de 6 mm de espessura.

6.2 As bandeiras a utilizar são do Código Internacional de Sinais (bandeiras e galhardetes) de 2 panos, feitas em tecido 100% acrílico e cosidas aos cabos polietileno de 18 mm de bitola, com linha de 2 mm, por forma a ficarem as cores e formatos alternados. A distância entre bandeiras deve ser de cerca de 35 cm.

6.3 Todas as cores deverão apresentar elevada solidez do tinto.

6.4 Todas as bandeiras do CIS devem ser utilizadas, não sendo permitida a repetição de umas em detrimento de outras.

7. ARMAZENAGEM

O embandeiramento deve ser fornecido em sacos de tela branca, de forma cilíndrica e com as dimensões adequadas a um bom condicionamento (1 m de altura com 0,40 m de diâmetro). O topo de cada saco deve possuir sistema de aperto através de cordão. Cada saco deve conter informação da parte do embandeiro que contém.

8. CLÁUSULAS TÉCNICAS ANTE-ADJUDICAÇÃO

Sempre que o artigo proposto não corresponda inteiramente à caracterização feita na presente especificação, a proposta terá de ser acompanhada de amostras do tecido, linhas, cabo e informação técnica detalhada sobre os componentes propostos como alternativa.

9. CLÁUSULAS TÉCNICAS PÓS-ADJUDICAÇÃO E INSPEÇÃO

Não serão aceites embandeiramentos com bandeiras não pertencentes ao CIS, com bandeiras repetidas ou misturadas de forma diferente da descrita nesta especificação ou que não fiquem perpendiculares ao cabo de suspensão. Durante o controlo qualitativo serão feitos testes expeditos à solidez do tinto não sendo aceites bandeiras que desbotem.

APROVAÇÃO

ET 0283

DATA	O TÉCNICO DA DOT-SMG
_____/____/___	Martins dos Santos 1 SAR C

DATA	O CHEFE DA SMG
_____/____/___	XXXXXX XXXX AN

DATA	O CHEFE DA DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA
_____/____/___	Paulo Manuel Anacleto do Carmo CFR AN

Direção de Abastecimento, ____ de _____ de _____

O DIRETOR,

_____
António Carlos Dias Gonçalves
COM AN

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

ESPECIFICAÇÃO DE ARTIGO

ET 0465

ARNÊS "HT PROMAST"

ET 0457

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Identificação de Alteração	Data em que foi efetuada	Quem efetuou (assinatura, posto, unidade)
ALTERAÇÃO (Letra da versão)	(dia/mês/ano)	(assinatura do técnico) Posto, classe e unidade

1. OBJETIVO

Esta especificação técnica destina-se a definir as características principais do arnês HT PROMAST, assim como a sua composição e utilidade.

2. IDENTIFICAÇÃO

Os arneses HT PROMAST são identificados por um número de gestão correspondente a um determinado tipo.

4240MD0316794	"HT PROMAST"- ARNÊS PARA TRABALHOS EM SUSPENSÃO E RESGATE

3. UNIDADE DE FORNECIMENTO

EA (UNIDADE)

4. CAMPO DE APLICAÇÃO

Os arneses HT PROMAST são equipamentos anti-queda que segundo a norma EN-361, são destinados a parar a queda em trabalhos de suspensão ou resgate.

5. DESCRIÇÃO

Os arneses HT PROMAST são equipamentos anti-queda, segundo a norma EN 361. Devem ser equipados com cinturão de manutenção no posto de trabalho (EN 358) e perneiras equipadas com ponto de suspensão (EN 813). São dispositivos de preensão do corpo destinados a receber sistemas de paragem de quedas através de lingas de segurança (EN 355) ou lingas de manutenção (EN 354).

6. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

6.1 COMPOSIÇÃO

Designação dos componentes:
X-pad; alça, ajuste da alça; fivela torácica; fivela automática; etiqueta; passador elástico; porta-ferramentas; perneira; cinta entre pernas, espaldar; elementos de fixação dorsal, esternal, abdominal e lateral; argola de serviço; zona de indicação de queda esternal e de queda dorsal; designação dos pontos de fixação.

7. ARMAZENAGEM

7.1 EMBALAGEM

Os arneses serão embalados individualmente numa bolsa contendo: o manual, o arnês HT PROMAST anti-queda (EN-361), com cinturão de manutenção (EN-358) e perneiras equipadas com ponto de suspensão (EN-813), uma linga de segurança com absorsor de energia (EN-355), e uma linga (EN-354).

7.2 ETIQUETAGEM

Por forma a permitir uma correta identificação e fácil determinação da origem e data de aquisição, todas as bolsas devem exibir, de forma bem visível, os seguintes dados de identificação:

1. Identificação do artigo (conforme ponto 2)
2. Nome do Fabricante/Fornecedor
3. Número de requisição da Direção de Abastecimento
4. Número de guia de remessa que acompanha o material

8. MATERIAIS

Cinta e fios em poliéster; fivelas em aço zincado ou revestimento por cataforese e alumínio; espaldar em esponja recoberto de cordura; placa dorsal e passadores em polietileno e elastómero termoplástico.

9. DESENHO TÉCNICO



NOTA: Imagem meramente ilustrativa.

APROVAÇÃO
ET 0457

DATA	O TÉCNICO DA SMG. - DOT
23/09/2019	Jorge António Gaspar Cabrita SAJ M

DATA	O CHEFE DA SMG. - DOT
23/09/2019	Liliana Azevedo 1TEN AN

DATA	O CHEFE DA DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA
30/09/2019	Paulo Manuel Anacleto do Carmo CFR AN

Direção de Abastecimento, ____ de _____ de _____

O DIRETOR,

António Carlos Dias Gonçalves

Assinado de forma digital por António Carlos Dias Gonçalves
DN: c=PT, o=Marinha Portuguesa, cn=António Carlos Dias Gonçalves
Dados: 2019.09.30 17:38:25 +01'00'

António Carlos Dias Gonçalves
COM AN

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

ESPECIFICAÇÃO DE ARTIGO

ET 0473

EMBANDEIRAMENTO EM ARCO
NAVIOS PATRULHAS OCEÂNICOS

(CLASSE VIANA DO CASTELO)

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Identificação de Alteração	Data em que foi efetuada	Quem efectuou (assinatura, posto, unidade)
ALTERAÇÃO (Letra da versão)	(dia/mês/ano)	(assinatura do técnico) Posto, classe e unidade

1. OBJETIVO

A presente especificação refere-se aos requisitos a exigir na aquisição do embandeiramento em arco para os navios patrulhas

2. IDENTIFICAÇÃO

8345-MD-002-0654	EMBANDEIRAMENTO EM ARCO "NAVIOS PATRULHAS OCEÂNICOS"

3. UNIDADE DE FORNECIMENTO

EA (UNIDADE)

4. CAMPO DE APLICAÇÃO

Estes artigos são de uso geral, mas aplicam-se especialmente nas unidades navais.

5. DESCRIÇÃO

O embandeiramento é constituído por duas partes, com as seguintes dimensões:

- Proa/Mastro ---------- 38 m
- Mastro/Popa ---------- 45 m

Estes segmentos devem ficar com 1 m de cabo livre, em ambos os extremos, sendo o restante preenchido com bandeiras e galhardetes, de dois panos, do Código Internacional de Sinais, distanciadas entre si, cerca de 0,35 m. Ambas as extremidades devem ser providas de mãozinha e gato de escape.

6. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

6.1 Os cabos de suspensão levam, de 2 em 2 metros, argolas metálicas que são cosidas aos cabos com linha de 2 mm. As argolas são de aço macio galvanizado, com 6 cm de diâmetro e secção circular de cerca de 6 mm de espessura.

6.2 As bandeiras devem ser feitas em tecido 100% acrílico e cosidas com linha de 2 mm aos cabos de polietileno de 18 mm de bitola, por forma a ficarem com as cores e formatos alternados. Todas as cores deverão apresentar elevada solidez do tinto.

7. ARMAZENAGEM

O embandeiramento deve ser fornecido em sacos de tela branca, de forma cilíndrica e com as dimensões adequadas a um bom condicionamento (1 m de altura com 0,40 m de diâmetro). O topo de cada saco deve possuir sistema de aperto através de cordão. Cada saco deve conter informação da parte do embandeiro que contém.

8. CLÁUSULAS TÉCNICAS ANTE-ADJUDICAÇÃO

Sempre que o artigo proposto não corresponda inteiramente à caracterização feita na presente especificação, a proposta terá de ser acompanhada de amostras do tecido, linhas, cabo e informação técnica detalhada sobre os componentes propostos como alternativa.

9. CLÁUSULAS TÉCNICAS PÓS-ADJUDICAÇÃO E INSPEÇÃO

Não serão aceites embandeiramentos com bandeiras não pertencentes ao CIS, com bandeiras repetidas ou misturadas de forma diferente da descrita nesta especificação ou que não fiquem perpendiculares ao cabo de suspensão. Durante o controlo qualitativo serão feitos testes expeditos à solidez do tinto não sendo aceites bandeiras que desbotem.

APROVAÇÃO

ET 0473

DATA	O TÉCNICO DA DOT-SMG
_____/____/___	Martins dos Santos 1SAR C

DATA	O CHEFE DA SMG
_____/____/___	Liliana Sofia Marques de Azevedo 1TEN AN

DATA	O CHEFE DA DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA
_____/____/___	Paulo Manuel Anacleto do Carmo CFR AN

Direção de Abastecimento, ____ de _____ de _____

O DIRETOR,

_____
António Carlos Dias Gonçalves
COM AN

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO MATERIAL
DIRECÇÃO DE NAVIOS

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
DIRECÇÃO DE NAVIOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
ARQUIVO TÉCNICO

COLETES DE SALVAÇÃO

0000 / ET – 583 / 19970214 REV. B

DIRECÇÃO DE NAVIOS

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO NAVAL

DCN

ELABORADA POR: 2TEN TSN CARLOS ALBERTO ANTUNES PEREIRA

DATA: 27 OUT 04

APROVAÇÃO	Data	COLETES DE SALVAÇÃO		
CHEFE DO DEPARTAMENTO	Data 2004.11.11	N.º 000/ET - 583 / 970214	Rev.	Folha 1 de .
CHEFE DA DIVISÃO	Data	Substitui a	B	6
		Substituído pelo:		

ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
TÍTULO	1
ÍNDICE	2
1 - OBJECTIVO	3
2 - DESCRIÇÃO	3
3 - REQUISITOS	3
4 - INFORMAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA APRECIAÇÃO PROPOSTAS DE FORNECIMENTO	5
5 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	5
6 - CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO	5
7 - CERTIFICAÇÃO	6
8 - GARANTIA	6

COLETES DE SALVAÇÃO PNEUMÁTICOS

Especificação Técnica

1 OBJECTIVO

A presente Especificação Técnica tem por objectivo definir os requisitos para a aquisição de coletes de salvação pneumáticos a utilizar a bordo das Unidades Navais e UAM's, em conformidade com os requisitos das Emendas de 1983 à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

2 DESCRIÇÃO

Pretende-se proceder à substituição faseada dos coletes insufláveis actualmente em uso por coletes em conformidade com os requisitos das Emendas de 1983 à Convenção SOLAS de 1974. As Emendas de 1983 à Convenção SOLAS, ratificadas por Portugal, estabelecem, entre outros requisitos que os coletes insufláveis devem ter pelo menos 2 câmaras independentes, que o seu enchimento se possa fazer de forma automática (sem intervenção do utilizador) quando imersos e que estejam providos de fonte luminosa.

3 REQUISITOS

Os coletes de salvação pneumáticos deverão satisfazer:

- Os requisitos do Capítulo III da Convenção SOLAS 1974 e das suas Emendas de 1983, nomeadamente a Regra 32;

- Requisitos especificados na Norma Europeia EN 396:1993/A1, de Março de 1998 "Lifejackets and Personal Buoyancy Aids - Lifejackets - 150 N".

de tal modo que:

3.1 Colete - Características

3.1.1 - Deverá possuir pelo menos duas câmaras independentes.

3.1.2 - Seja insuflado de forma automática após imersão, bem como esteja dotado de um dispositivo de modo a que possam ser insuflados manualmente (soprando) com um único movimento.

3.1.3 - Seja de material e fabrico apropriados, de forma que não permita ser atacado por hidrocarbonetos e não arda ou continue a derreter depois de totalmente envolvido por chamas durante 2 (dois) segundos.

3.1.4 - Seja construído de maneira a eliminar, tanto quanto possível, todo o risco de colocação incorrecta.

3.1.5 - Permita que o utilizador salte para a água, de uma altura não inferior a 4.5 metros, sem causar danos quer no colete quer no utilizador e sem desalojar ou deixar o colete colocado incorrectamente.

3.1.6 - A sua capacidade de impulsão não seja inferior a 150 N (cento e cinquenta Newton).

3.1.7 - Seja capaz de sustentar a cabeça de uma pessoa sem sentidos de modo a que a sua boca fique a pelo menos 120 mm da água e o seu corpo inclinado para trás num ângulo não inferior a 20° nem superior a 50° em relação à posição vertical.

3.1.8 - Seja capaz de forçar o corpo a voltar-se, ao entrar na água, de maneira que este flutue numa posição segura em não mais do que 5 segundos.

3.1.9 - Seja construído de maneira a que a flutuabilidade necessária não diminua mais de 5%, depois de submerso durante 24 horas em água doce.

3.1.10 - Quando envergado, deve ajustar-se ao corpo, não limitando os movimentos do utilizador.

3.1.11 - Garantir a movimentação na água, sem lhe provocar atrapalhação, permitindo ao utilizador nadar uma curta distância (25 metros) e abordar uma embarcação salva-vidas.

3.1.12 - Na eventualidade de perda de flutubilidade de qualquer uma das câmaras independentes, continuem a satisfazer os requisitos dos parágrafos 3.1.5, 3.1.7, 3.1.8 e 3.1.11.

3.1.13 - Quando insuflado, seja de cor bem visível à distância (entenda-se que esta deverá ser avermelhada ou alaranjada); quando envergado, na situação de não insuflado, deverá ser de cor azul RAL 5003, ou semelhante, em todos os seus componentes visíveis.

3.1.14 - Deverão ser em material que, quando utilizado durante muito tempo e com temperaturas elevadas, não cause irritação em contacto com o corpo do utilizador.

3.2 Coletes - Fonte de luz

Os coletes deverão ser fornecidos com uma fonte de luz, com as seguintes características:

3.2.1 - Intensidade luminosa igual ou superior a 75 Cd e dotados de fonte de energia capaz de proporcionar esta intensidade luminosa por um período não inferior a 8 horas.

3.2.2 - Esta fonte de luz deverá ter o máximo sector de visibilidade possível, quando instalada no colete.

3.2.3 - Esta fonte de luz deverá ser actuada automaticamente, após imersão.

3.2.4 - Se esta fonte de luz for do tipo "relâmpago", deverá ser dotada de interruptor para operação manual, bem como actuar à razão de 50 relâmpagos por minuto.

3.3 Coletes - Acessórios

Os coletes deverão ser fornecidos com os seguintes acessórios:

3.3.1 - Apito firmemente ligado ao colete por um fiel.

3.3.2 - Bandas retro-reflectoras.

4 INFORMAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE FORNECIMENTO

4.1 - Declaração expressa do cumprimento integral da presente especificação ou indicação dos requisitos que eventualmente não poderão ser satisfeitos.

4.2 - Identificação de cada equipamento por nome, marca, modelo e/ou tipo, nome e endereço do fabricante.

4.3 - Cópias ou extractos que possibilitem a avaliação da qualidade da seguinte documentação técnica:

Instruções de Descrição, Utilização e Manutenção.

NOTA: A documentação que acompanhe as propostas poderá, para além do Português, estar numa das seguintes línguas: Inglês, Francês ou Castelhano. Contudo, toda a documentação final deverá ser fornecida em língua Portuguesa, conforme o disposto no Decreto-lei 62/88, de 27 Fevereiro.

5 CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - Os equipamentos serão entregues na DN (Direcção de Navios), embalados de forma a garantir o seu armazenamento nas melhores condições durante 24 meses.

5.2 - A firma adjudicatária compromete-se a fornecer qualquer sobressalente ou equipamento durante pelo menos cinco anos após a data de recepção dos equipamentos na DN.

5.3 - Para efeitos de catalogação do material, o fornecedor compromete-se a facultar toda a informação necessária.

6 CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO

6.1 - Os equipamentos serão recebidos na DN, sendo submetidos, logo que possível, a uma inspecção visual, com a finalidade de conferir o material entregue e detectar eventuais defeitos de fabricação ou danos.

6.2 - Após a inspecção visual, proceder-se-á a uma prova de funcionamento a definir nos moldes prescritos pelo fabricante, tendo em conta as recomendações da IMO 'Testing and Evaluation of Life-saving Appliances'. Esta prova funcional será executada pelo fornecedor, após selecção aleatória de um exemplar de colete pneumático dotado dos respectivos acessórios. Após conclusão com êxito dos testes, o fornecedor reporá todos os coletes e acessórios na sua condição de operação normal.

6.3 - No caso de os coletes não passarem os testes referidos em 6.1 e 6.2, o fornecedor procederá às adaptações/alterações necessárias e a novos testes.

7 CERTIFICAÇÃO

Deverão ser fornecidos certificados de conformidade com as Emendas de 1983 da Convenção SOLAS 1974, emitidos por uma entidade competente.

NOTA: A apresentação de um certificado, ou de uma cópia, constitui um critério objectivo de avaliação de conformidade. A sua não apresentação implica a eliminação imediata da proposta respectiva.

8 GARANTIA

Os equipamentos deverão ser cobertos por uma garantia de 24(vinte e quatro) meses, após a sua entrega à Marinha, de acordo com o Número 1 do Artigo 5° do Decreto-Lei n°67/2003, de 8 de Abril.

ANEXO D - Informação Complementar

Número do Procedimento	3021012772
Prazo de Entrega	30 dias
Prazo Máximo Contratual	30 de novembro de 2021
Preço Base	113.370,30 € (com exclusão do IVA)
Condições de Pagamento	60 dias